

Agora, Vidigal acha que será mais fácil desindexar só INPC

A desindexação do INPC é a proposta que será levada amanhã pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, à reunião do Conselho Superior de Economia da Fiesp. Com esse apoio da presidência da entidade, parece que o governo alcançou o seu objetivo de obter um respaldo da iniciativa privada à sua idéia, porque, como declarou o ministro Delfim Netto, em entrevista ao **Estado**, domingo, no atual processo de abertura o governo não pode simplesmente adotar uma medida sem consultar a sociedade. Com essa proposta de desindexação apenas do INPC, a Fiesp, de certa forma se contrapõe ao que havia defendido na reunião da última segunda-feira, quando, antes do "pacote econômico" do governo, pregava a desindexação tanto do INPC quanto da ORTN.

Ontem, porém, na reunião da diretoria executiva da Fiesp, Vidigal explicou que desindexar o INPC é a forma mais fácil, sem nenhum fator complicador, embora politicamente a idéia tenha alguns problemas. Além disso, acha que na medida em que há um INPC menor, isso repercute a curto prazo (60 dias) também sobre a ORTN. Na verdade, segundo ele, está mais do que nunca claro que é preciso mexer na lei salarial via INPC. Lembrou ainda que há uma série de controladores da Economia que devem ser estudados, não há

condições de mexer em nenhum índice, sem mexer no salário.

Essa opinião, entretanto, não parece ter consenso entre a diretoria da Federação. Pelo menos um dos presidentes, Paulo Francini, do Departamento de Comércio Exterior, acha que, se for preciso desindexar só pelo INPC, a medida não deve ser adotada. "Tem que pegar os dois lados, tanto o investidor quanto o aplicador de capital, como o assalariado, aplicador do trabalho." Ele disse, porém, que não sabe se existem complicadores para a adoção da medida, nem se a questão do componente inflacionário influencia sobre ela. O que está claro, segundo Francini, é que há "um consenso na dúvida". A sua opinião é de que, apesar do aspecto técnico, é necessário ponderar um princípio de justiça.

Outros empresários lembram que a desindexação do INPC parece ser a única forma de efetivamente o governo reduzir o déficit público, porque a iniciativa privada sabe conviver com o INPC. O mais importante, segundo a maioria dos empresários reunidos ontem, é que é preciso reduzir o déficit público, e, nesse sentido, todos concordam que o último pacote do governo está incompleto. Dessa forma, mesmo sem haver consenso quanto à desindexação do todo ou em parte, fica claro que o presidente da Fiesp não deve falar apenas em nome pessoal.